

## Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - "Unidade de Reabilitação Lucy Montoro Parquera-Açu Cruzada Bandeirantes São Camilo Assistência Médico-Social

**CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL**  
**"UNIDADE DE REABILITAÇÃO LUCY MONTEIRO - PARIQUERA-AÇU"**  
**CNPJ Nº 60.598.448/0017-48**

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)					Demonstração dos Resultados dos Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro 2017 e 2016 (em Reais)					
ATIVO	Nota	2017	2016	PASSIVO	Nota	2017	2016	Nota	2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>										
Caixa e Equiv. de Caixa - Saúde (Gestão Pública)				Fornec. - Saúde (Gestão Pública)	6	18.631,28	14.962,25			
- Saúde (Gestão Pública)		1.395.560,26	2.453.993,27	Fornecedores (Gestão Pública)		18.631,28	14.962,25			
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b> 2.2(a)/3		<b>1.395.560,26</b>	<b>2.453.993,27</b>	Obrig. Trabalhistas						
Outros Créditos				- Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	703,13	-			
- Saúde (Gestão Pública)		14.023,62	13.377,55	Obrig. Trabalhistas		703,13	-			
<b>Outros Créditos</b> 2.2 (c)		<b>14.023,62</b>	<b>13.377,55</b>	Obrig. Sociais						
Estoques				Obrig. Sociais (Gestão Pública)	2.2 (c)	62.095,58	50.545,35			
- Saúde (Gestão Pública)		16.843,90	18.702,38	Obrig. Sociais		62.095,58	50.545,35			
<b>Estoques</b> 2.2(b)/4		<b>16.843,90</b>	<b>18.702,38</b>	Obrig. Fiscais						
Despesas Antecipadas				Obrig. Fiscais (Gestão Pública)	2.2 (c)	14.008,93	11.792,23			
- Saúde (Gestão Pública)		-	-	Obrig. Fiscais		14.008,93	11.792,23			
<b>Despesas Antecipadas</b> 2.2 (c)		<b>-</b>	<b>-</b>	Outras Obrigações						
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>1.426.427,78</b>	<b>2.486.073,20</b>	Outras Obrigações (Gestão Pública)	2.2 (c)	7.095,00	-			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>										
Outros Créditos a Receber				Outras Obrigações		7.095,00	-			
- Saúde (Gestão Pública)		-	-	Provisões Trabalhistas						
Imobilizado - Gestão Pública		574.600,99	442.455,19	- Saúde (Gestão Pública)	2.2 (g)	162.637,17	146.196,13			
(-) Depreciação Acumulada - Gestão Pública		(135.628,88)	(80.251,46)	Provisões Trabalhistas		162.637,17	146.196,13			
<b>Imobilizado Líquido - Saúde (Gestão Pública)</b> 2.2(e)/5		<b>438.972,11</b>	<b>362.203,73</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>265.171,09</b>	<b>223.495,96</b>			
Intangível Líquido - Gestão Pública		74.205,02	44.612,76	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>			
(-) Amortização Acumulada - Gestão Pública		(28.335,35)	(15.960,59)	Provisão para Contingências	7	1.500,00	-			
<b>Intangível Líquido - Saúde (Gestão Pública)</b> 2.2(h)/5		<b>45.869,67</b>	<b>28.652,17</b>	Provisão p/Contingências		1.500,00	-			
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>484.841,78</b>	<b>390.855,90</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>			
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.911.269,56</b>	<b>2.876.929,10</b>	Patrimônio Social	2.2 (i)	2.653.433,14	2.975.896,55			
				Superávit/(Déficit) do Exercício	2.2 (h)	(1.008.834,67)	(322.463,41)			
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.644.598,47</b>	<b>2.653.433,14</b>			
				<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>		<b>1.911.269,56</b>	<b>2.876.929,10</b>			

  

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)				
Descrição	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	
<b>Saldos em 31/12/15</b>	<b>2.109.060,87</b>	<b>833.565,22</b>	<b>2.942.626,09</b>	
Incorporação resultado do exercício anterior	833.565,22	(833.565,22)	-	
Ajustes de Exercícios Anteriores	33.270,46	-	33.270,46	
Resultado do Exercício	-	(322.463,41)	(322.463,41)	
<b>Saldos em 31/12/16</b>	<b>2.975.896,55</b>	<b>(322.463,41)</b>	<b>2.653.433,14</b>	
Incorporação resultado do exercício anterior	-	(322.463,41)	-	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	
Resultado do Exercício	-	(1.008.834,67)	(1.008.834,67)	
<b>Saldos em 31/12/17</b>	<b>2.653.433,14</b>	<b>(1.008.834,67)</b>	<b>1.644.598,47</b>	

  

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (em Reais)				
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>		<b>2017</b>	<b>2016</b>	
A Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - "Unidade de Reabilitação Lucy Montoro Parquera-Açu", qualificada como Organização Social de Saúde, é uma entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, que tem como objetivo:		1.500,00	1.500,00	
<b>I.</b> Prestar assistência à saúde em geral a tantos quantos procurarem seus serviços, sem distinção de qualquer natureza, seja nacionalidade, credo político ou religioso;		2.945,72	13.937,50	
<b>II.</b> Prestar assistência social em geral, tanto para menores de creches e escolas maternas, quanto para adultos, com asilos, albergues para moradores de rua e outros estabelecimentos afins;		1.391.114,54	2.438.555,77	
<b>III.</b> Oferecer tratamento adequado para dependentes de álcool e drogas em geral, com o objetivo de auxiliá-los na recuperação física e mental e reintegrá-los às suas comunidades e às suas famílias;		<b>1.395.560,26</b>	<b>2.453.993,27</b>	
<b>IV.</b> Prestar assistência à saúde dos portadores de distúrbios mentais para promover seu equilíbrio e sua re inserção na comunidade;				
<b>V.</b> Desenvolver atividades educacionais, podendo manter estabelecimentos de ensino e oferecer campo de estágio;				
<b>VI.</b> Desenvolver a pastoral da saúde e;				
<b>VII.</b> Destinar recursos financeiros e ou econômicos, inclusive mediante doação, a entidades filantrópicas e ou simplesmente sem fins lucrativos, que militem na área da saúde e ou da educação e ou pastoral da saúde e ou da assistência social em geral desde que não utilize recursos e bens que lhe forem repassados pelo Estado.				
Contratada através de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 2014 assumiu a operacionalização da "UNIDADE DE REABILITAÇÃO LUCY MONTEIRO PARIQUERA-AÇU", visando desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 04 de junho de 1998. Estes contratos têm vigência de 05 anos a partir de sua assinatura, fixando as verbas orçamentárias a serem repassadas para custeio das operações.				
<b>CONTRATO DE GESTÃO - RECURSOS FINANCEIROS (Em R\$)</b>				
<b>Exercício</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Aditamentos</b>	<b>Total Realizado</b>	
<b>2017</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>-</b>	<b>1.800.000,00</b>	
<b>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>				
<b>2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>				
Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITC 2002 (R1) - Resolução 1409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.				
A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.				
<b>2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>				
<b>a. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata registradas em instituição de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda do valor.				
<b>b. Estoques</b>				
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.				
<b>c. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes</b>				
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.				
<b>d. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos</b>				
A entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2017 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.				
<b>e. Ativo Imobilizado Gestão Pública</b>				
Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Ressaltamos que todos os bens móveis e imóveis adquiridos através de doações e/ou comprados com verbas de custeio ou investimentos, pertencem ao poder público "Governo do Estado de São Paulo", conforme Contrato de Gestão.				
<b>f. Ativo Intangível Gestão Pública</b>				
O Intangível reflete os custos com direitos de uso de software e estão sendo amortizados a taxas lineares.				
<b>g. Provisões</b>				
As provisões são reconhecidas quando: (I) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (II) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (III) o valor possa ser estimado com segurança.				
<b>h. Apuração do Superávit / (Déficit) do Exercício</b>				
As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. Recursos vinculados compreendem os valores recebidos pela Entidade e que somente poderão ser utilizados em propósito específicos, conforme determinado em contrato. Os valores recebidos e empregados são provenientes de contratos de gestão e convênio com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e são registrados da seguinte forma: Receita Verba de Custeio, Outras Receitas Operacionais e Receitas Financeiras. A Receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros. As doações não específicas são registradas diretamente no resultado como receita de doações.				
<b>i. Patrimônio Líquido</b>				
O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social, acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.				

  

Instrução Normativa 01/2008 - TCE/SP, Artigo 40, Item XXI - Relatório de Execução do Contrato de Gestão - Comparativo das Metas Propostas com Resultados Alcançados.						
II - ESTRUTURA E VOLUMES DAS ATIVIDADES CONTRATADAS						
PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017						
	1º Semestre		2º Semestre			
<b>Consultas Médicas</b>	Cont.	Real.	Cont.	Real.		
Primeiras Consultas Rede	60	59	-1,67	60	62	3,33
Interconsultas	0	0	0	0	0	0
Consultas Subseqüentes	420	501	19,29	420	579	37,86
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>560</b>	<b>16,67</b>	<b>480</b>	<b>641</b>	<b>33,54</b>
	1º Semestre		2º Semestre			
<b>consultas/sesões Não Médicas</b>	Cont.	Real.	Cont.	Real.		
Consultas Não Médicas	2.100	2.465	17,38	2.100	3.376	60,76
Procedimentos Terapêuticos	6.600	5.639	-14,56	6.600	5.995	-9,17
<b>Total</b>	<b>8.700</b>	<b>8.104</b>	<b>-6,85</b>	<b>8.700</b>	<b>9.371</b>	<b>7,71</b>
	1º Semestre		2º Semestre			
<b>acompanhamento</b>	Cont.	Real.	Cont.	Real.		
Forneimento de Órteses,	60	15	-75,00	60	10	-83,33
Órteses	0	0	0	0	0	0
Protéses	0	0	0	0	0	0
Maios de Locomoção	60	97	61,67	60	53	-8,33
Outros	0	22	0	0	16	0

  

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017				
Ans administradores da <b>CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL - "UNIDADE DE REABILITAÇÃO LUCY MONTEIRO DE PARIQUERA-AÇU"</b> <b>SÃO PAULO-SP.</b>				
<b>Opinião</b>				
Examinamos as demonstrações contábeis da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Parquera-Açu que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Parquera-Açu, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Parquera-Açu, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
<b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.</b>				
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.				
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Parquera-Açu ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.				
Os responsáveis pela governança da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Parquera-Açu são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.				
<b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.</b>				
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.				
Além disso:				
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.				
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.				
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.				
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.				
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.				
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.				
São Paulo, 09 de março de 2018.				
GALLORO & ASSOCIADOS, Auditores Independentes CRC PJ 2500851/0-7				
ANA MARIA GALLORO LAPORTA Sócia-Diretora CRC ISP 203642/0-6				